PGE RS
PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO

Solução Consensual de Conflitos na Administração Pública

2. edição

bibliografia selecionada

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

PIDAP - BIBLIOTECA
mar./abr. 2023

PGE RS
PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO

Solução Consensual de Conflitos na Administração Pública

2. edição

bibliografia selecionada

Publicação da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP

ESAE PGE-RS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Bib Sel	Porto Alegre	n. 32	25 p.	mar./abr. 2023

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

GABRIEL SOUZA
Vice-Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional
Escola Superior de Advocacia de Estado Professor Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecário Jurídico

Bibliografia Selecionada / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2020)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2020-

Mensal.

Catalogação na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS
Fone: (51) 32881656
E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br
Site: Portal da ESAE - Biblioteca - Bibliografia Selecionada

Solução Consensual de Conflitos na Administração Pública - 2 ed.: bibliografia selecionada

Março/Abril 2023

SUMÁRIO

LIVROS 5
CAPÍTULOS DE LIVROS 6
ARTIGOS 7
DISSERTAÇÕES/TESES 24

APRESENTAÇÃO

Bibliografia Selecionada é uma publicação mensal da Biblioteca da PGE-RS que tem por objetivo disponibilizar a Procuradores do Estado, Servidores e Estagiários, uma fonte de informações doutrinárias que contemplem assuntos selecionados que interessem às atividades-fim da Procuradoria e que contribuam para a pesquisa, a atualização e a qualificação profissional.

A consulta para a seleção dos materiais doutrinários é realizada em diversas bibliotecas, periódicos, livros eletrônicos e bases jurídicas.

A publicação não possui a pretensão de apresentar um material exaustivo. A curadoria dos conteúdos abordados é uma compilação de artigos e livros que abordam um panorama geral do assunto nas diversas áreas do Direito.

As ideias e opiniões expostas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem necessariamente a opinião da PGE-RS.

Sugestões de temas para os próximos números e solicitações de acesso ao conteúdo integral das referências podem ser enviadas para o e-mail da Biblioteca: biblioteca@pge.rs.gov.br.

Equipe da Biblioteca da PGE-RS

LIVROS

EIDT, Elisa Berton. **[Autocomposição na administração pública] Solução de conflitos no âmbito da administração pública e o marco regulatório da mediação:** da jurisdição a novas formas de composição. Santa Cruz do Sul, RS: Essere nel Mondo, 2017. 184 p. ISBN 9788567722719. Disponível em: http://www.esserenelmondo.com/pt/acesso.php. Acesso em: 30 abr. 2019.

FERRAZ, Luciano. **Controle e consensualidade**: fundamentos para o controle consensual da administração pública (TAG, TAC, SUSPAD, acordos de leniência, acordos substitutivos e instrumentos afins). 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 248 p. ISBN 9786555180305.

ESCOBAR, Marcelo Ricardo. Arbitragem tributária no Brasil. São Paulo: Almedina, 2017. 311 p. ISBN 9788584932177.

JUNQUEIRA, André Rodrigues. **Arbitragem nas parcerias público-privadas**: um estudo de caso. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 306 p. ISBN 9788545006466.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de; ESTEFAM, Felipe Faiwichow. **Curso prático de arbitragem e administração pública.** São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN:978-85-5321-908-7.

PISCITELLI, Tathiane; MASCITTO, Andréa; MENDONÇA, Priscila Faricelli de (Coord.). **Arbitragem tributária:** desafios institucionais brasileiros e a experiência portuguesa. 2. ed. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN: 978-85-5321-907-0.

ROSSATO, Luciano Alves (Coord.). **Temas atuais da advocacia pública.** Salvador: JusPODIVM, 2015. 492 p. ISBN 9788544201381.

SALVO, Sílvia Helena Picarelli Gonçalves Johonsom D. **Mediação na Administração Pública Brasileira:** o desenho institucional e procedimental. São Paulo: Almedina, 2018. E-book. ISBN 9788584933518. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933518/. Acesso em: 12 abr. 2023.

TALAMINI, Eduardo; FRANZONI, Diego. Arbitragem nas empresas estatais.In: JUSTEN FILHO, Marçal (Org.). **Estatuto jurídico das empresas estatais:** Lei 13.303/2016 "lei das estatais". São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. ISBN 9788520370384.

TEIXEIRA, Heloysa Simonetti. **Resolução consensual de conflitos e contratos administrativos**: instrumento de pacificação social e de acesso à justiça. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. 303 p. ISBN 9786555105254.

TIBURCIO, Carmen. Novas perspectivas sobre a arbitragem em litígios da administração pública. In: **Contraponto jurídico :** posicionamentos divergentes sobre grandes temas do direito. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2018. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-5321-222-4.

WRASSE, Helena Pacheco. **Autocomposição entre administração pública e particulares:** (im)possibilidades e desafios. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2018. [s.p.]. ISBN 9788554790172. *E-book*

CAPÍTULOS DE LIVROS

BUZZI, Marco, Mediação no âmbito da administração pública : aplicação prática dos princípios constitucionais como força motriz na gestão estatal. In: **Doutrina :** edição comemorativa 30 anos do STJ. Brasília : STJ, 2019, p. 833-875.

CAMBI, Eduardo; VASCONCELOS, João Paulo A. Desjudicialização de políticas públicas e o novo código de processo civil - contributo do Ministério Público e da advocacia pública à solução extrajudicial de conflitos. In: ARAÚJO, José Henrique Mouta; CUNHA, Leonardo Carneiro da; RODRIGUES, Marco Antonio (coord.). **Fazenda pública**. 2. ed., rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2016. p. 129-156. (Coleção repercussões do novo CPC ; v. 3) ISBN 9788544212387.

EIDT, Elisa Berton. A mediação no contexto da advocacia pública: o que já é consenso e o que está para construir. In: **Sistema multiportas de resolução de litígios na administração pública**: autocomposição e arbitragem. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 13-29. ISBN 9786555180466.

FERRAZ, Sérgio. Acordos processuais administrativos. instrumentos consensuais. In: **Processo administrativo brasileiro:** estudos em homenagem aos 20 anos da Lei federal de processo administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 123-132. ISBN 9788545007098.

FORMIGOSA, Viviane. Aplicação do princípio da consensualidade nos impactos concretos causados por contratações públicas celebradas durante o estado de calamidade COVID-19. In: DAL POZZO, Augusto Neves; CAMMAROSANO, Márcio. **As implicações da COVID-19 no direito administrativo.** São Paulo : Revista dos Tribunais, 2020, p. 305-318. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-65-5065-447-4.

JUNQUEIRA, André Rodrigues. A influência das decisões do STF sobre a arbitragem: súmula vinculante e controle concentrado de constitucionalidade. In: ROSSATO, Luciano Alves (Coord.). **Temas atuais da advocacia pública.** Salvador: JusPODIVM, 2015. p. 185-198. ISBN 9788544201381.

KLEIN, Aline Lícia. Consensualidade na execução dos contratos de concessões rodoviárias. In: **Direito da infraestrutura:** estudos de temas relevantes. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 17-32. ISBN 9788545006725.

LIMA, Alexandre Augusto Batista de; SILVA NETO, Geremias Pereira da. A arbitragem no Estado Democrático de Direito e sua relevância para solução de conflitos decorrentes de relação de trabalho no âmbito da administração pública. In: DUARTE JÚNIOR, Alonso Pereira; LIMA, Alexandre Augusto Batista de; MACHADO, Joana de Moraes Souza (Org.). **Diálogos interdisciplinares no direito**. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 275-301. (Ciências Jurídicas & Sociais, 61) ISBN 978855696472.

LIMA, Alexandre Augusto Batista de; AFLITOS, Railma S. dos; MELO, Anna Beatriz B. da S.. A arbitragem nos contratos firmados na administração pública: possibilidade de sua utilização à luz dos entendimentos jurisprudenciais e doutrinários. In: DUARTE JÚNIOR, Alonso Pereira; LIMA, Alexandre Augusto Batista de; MACHADO, Joana de Moraes Souza (Org.). **Diálogos interdisciplinares no direito**. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 205-220. (Ciências Jurídicas & Sociais, 61) ISBN 978855696472.

LIMA, Bernardo Silva de; GUIMARÃES, Rebeca Bárbara. Os limites da atuação da administração pública na arbitragem: dificuldades concretas. In: GUIMARÃES, Cristiane Santana (Org.). **Coletânea de estudos em mediação e arbitragem do I Fórum Nacional de Mediação e Arbitragem.** Salvador: ARTPOESIA, 2018. p. 63-73.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Administração pública consensual. In: ___. **Mutações do direito administrativo**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 37-48. ISBN 8571475954.

NUNES, Antonio Carlos Ozório. A autocomposição na administração pública: aspectos gerais. In: _____ . **Manual de mediação:** guia prático de autocomposição. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN: 978-85-203-6591-5.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. A agenda da arbitragem com a Administração Pública: “mais do mesmo” ou há espaço para inovação?. In: **Contraponto jurídico :** posicionamentos divergentes sobre grandes temas do direito. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2018. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-85-5321-222-4.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de; LIMA, Anderson Pereira de. Desconstruindo mitos: mediação e autocomposição de conflitos - de aspectos gerais à administração pública. In: GUIMARÃES, Cristiane Santana (Org.). **Coletânea de estudos em mediação e arbitragem do I Fórum Nacional de Mediação e Arbitragem.** Salvador: ARTPOESIA, 2018. p. 113-128.

PAIXÃO, André Luís Soares da. Entre acertos e exageros: a difícil relação entre o administrador público e os órgãos de controle. In: SANTOS, Alethele de Oliveira; LOPES, Luciana Tolêdo (Org.). **Coletânea direito à saúde.** Brasília: CONASS, 2018. p. 206-219. ISBN 9788580710472. Disponível em: http://www.conass.org.br/biblioteca/download/6873/. Acesso em: 5 junho 2019.

PEREIRA, Cesar. Arbitragem e função administrativa. In: **Direito da infraestrutura:** estudos de temas relevantes. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 63-88. ISBN 9788545006725..

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Administração consensual vence pandemia no Estado democrático de direito.In: DAL POZZO, Augusto Neves; CAMMAROSANO, Márcio. **As implicações da COVID-19 no direito administrativo.** São Paulo : Revista dos Tribunais, 2020, p. 59-72. Proview. Livro eletrônico sem paginação. ISBN 978-65-5065-447-4.

SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos; CABRAL, Edson César dos Santos. A Administração Pública e a utilização da mediação na solução de conflitos no âmbito do marco legal da ciência, tecnologia e inovação. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.22, n.124, p. 187-213, nov./dez. 2020. ISSN 1676-8701.

SMANIOTTO, Michelle Tonon Barbado. As parcerias público-privadas: breves comentários sobre o princípio da eficiência e a consensualidade. In: PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira (Org.). **O novo direito administrativo brasileiro:** o público e o privado em debate. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 151-163. ISBN 9788577003297.

ARTIGOS

ACCIOLY, João Pedro. Arbitrabilidade objetiva em conflitos com a administração pública. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.109, n.1017, p. 47-92, julho 2020. ISSN 0034-9275.

ACCIOLY, João Pedro. Arbitragem e administração pública: um panorama global. **Revista Digital de Direito Administrativo,** São Paulo: USP, v.5, n.1, p. 1-31, jan./jun. 2018. ISSN 231905558.

ACCIOLY, João Pedro. Mecanismos de solução de conflitos intra-administrativos. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, DF, v.23, n.128, p. 592-613, out./jan. 2021. ISSN 22363645.

ACCIOLY, João Pedro. O cumprimento de sentenças arbitrais desfavoráveis à administração pública. **Revista dos Tribunais,** São Paulo, v.107, n.989, p. 25-54, março 2018. ISSN 0034-9275.

ALVES, Evelin Teixeira de Souza. Arbitragem no setor público : uma visão panorâmica. **Revista de direito empresarial : ReDE,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 4, n. 21, p. 171-190, dezembro 2016.

ALVES, Rebecca Falcão Viana; MENDES, Ana Carolina Fontes Figueiredo. A possibilidade da mediação extrajudicial nas relações trabalhistas ante a reforma trabalhista de 2017. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 125-143, jan./jun. 2018.

AVES, Roberta; REIS, Luciano Elias. A consolidação da arbitragem nos contratos administrativos com a nova Lei de Licitações: efetividade ou risco ao interesse público?. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.20, n.239, p. 31-54, nov. 2021. ISSN 1676-5826.

ANDRADE, Érico; MAGALHÃES, Gustavo. Arbitragem e administração pública: limites e possibilidades de arbitrabilidade nos contratos de concessão (Leis 8.987/1995 e 11.079/2004). **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.65, p. 83-125, abr./jun. 2020. ISSN 1679-6462.

ANDRADE, Érico; RIBEIRO, Gabrielle Teixeira. Cláusula de mediação prévia: análise do efeito processual de seu descumprimento e perspectivas de pactuação. **Direito Público**, Belo Horizonte, v.18, n.1, p. 140-171, jan./dez. 2021. ISSN 1517-0748.

ANDRADE, Flávio da Silva. Reflexões sobre os instrumentos de consenso na defesa da concorrência: acordo de leniência e termo de compromisso de cessação de prática antitruste. **Revista CEJ,** Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.21, n.71, p. 109-121, jan./abr. 2017. ISSN 1414-008X.

AQUINO, Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa; PINHEIRO, Mayco Murilo. A estruturação e o papel dos núcleos permanentes de métodos consensuais de solução de conflitos: a experiência do Tribunal de Justiça do estado do Maranhão. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 41-60, jul./dez. 2016.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A arbitragem no direito administrativo. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: PGE, v.72, p. 31-63, 2018. ISSN 0101-2096.

ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa; LUZ, Leonardo Machado Dias Ramalho. Lei nº 13.655/2018, Lei nº 13.867/2019 e Decreto nº 10.025/2019: breves notas sobre o incremento do consensualismo e dos métodos alternativos de resolução de conflitos no direito administrativo brasileiro. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v.15, n.176, p. 29-48, agosto 2020. ISSN 21791651.

ARAÚJO NETO, Pedro Irineu de Moura. A confidencialidade do procedimento arbitral e o princípio da publicidade. **Revista de Informação Legislativa,** Brasília, DF: Senado Federal, v.53, n.212, p. 139-154, out./dez. 2016. ISSN 0034-835X.

ARRUDA, Alexandre da Silva. Autoridades administrativas independentes: uma perspectiva comparada da resolução dos conflitos envolvendo a administração pública. **Revista CEJ,** Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.21, n.71, p. 137-145, jan./abr. 2017. ISSN 1414-008X.

ASSIS, Elisa Souza Picorelli; REZENDE, Julia Ribeiro de. Arbitragem e administração pública: princípio da publicidade versus o princípio da confidencialidade. **Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, Porto Alegre, v.8, n.46, p. 89-121, abr./maio 2022. ISSN 2359-1137.

AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de; NATAL, Miccael Pardinho. Constitucionalização, administração pública e solução consensual de conflitos. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.19, n.222, p. 57-71, ago. 2019. ISSN 1984-4107.

AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de; NATAL, Miccael Pardinho. Solução consensual de conflitos na administração pública: influência da constitucionalização do direito. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, Osasco, SP, v.20, n.1, p. 157-185, jan./jun. 2020. ISSN 1808-513X.

BAPTISTA, Maisa Bernachi. Análise do papel da advocacia pública na mediação e conciliação tributária. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo: ABDT, v.26, n.137, p. 223-234, abr./jun. 2018. ISSN 1518-2711.

BARROCAS, Manuel Pereira. Notas sobre arbitragem administrativa no direito português. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 15, n. 56, p. 265-276, jan./mar. 2018.

BASÍLIO, Ana Tereza. Arbitragem nas ações da improbidade administrativa. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB, v.12, n.141, p. 46-49, setembro 2017. ISSN 21791651.

BATISTA, Nadia Cristina. Mediação e arbitragem: autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.220, p. 50-65, abril 2020. ISSN 1676-5826.

BINENBOJM, Gustavo. Arbitragem em ambientes regulados e sua relação com as competências das agências reguladoras. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.216, p. 35-46, dezembro 2019. ISSN 1676-5826.

BOCKIE, Tiago. A administração pública consensual como meio alternativo à imposição de sanção administrativa disciplinar: a concretização do princípio constitucional da eficiência. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.216, p. 65-74, dez. 2019.

BORGES, Grazielly Almeida. Modelos não adversariais de solução de conflitos sob o prisma da administração pública consensual. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v.9, n.2, p. 1-27, jul./dez. 2022. ISSN 231905558.

BRAGANÇA, Fernanda. O princípio dispositivo e a sua repercussão no uso da mediação pela administração pública brasileira e portuguesa. **Revista CEJ,** Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.21, n.73, p. 20-28, set./dez. 2017. ISSN 1414-008X.

BRANDÃO, Luiz Mathias Rocha. Desafios contemporâneos da autocomposição de conflitos tributários e o novo Código de Processo Civil brasileiro. **Revista da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, Brasília: PGFN, v.5, n.1 (ed. espec. novo código de processo civil), p. 57-75, jan./jun. 2016. ISSN 2179-8036.

BUENO, Júlio César. Os dispute boards no âmbito da administração pública. **Revista do advogado**, v. 42, n. 153, p. 125-131, mar. 2022.

CALDAS, Evandro. Arbitragem e o controle da regulação. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE,** Belo Horizonte: Fórum, v.17, n.66, p. 75-99, abr./jun. 2019. ISSN 1678-7102.

CAMARÃO, Tatiana; LINHARES, Camila. Os impactos da pandemia do Covid-19 nas contratações públicas: a hora e a vez da mediação. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.221, p. 75-83, maio 2020. ISSN 1676-5826.

CAMBI, Eduardo; SOUZA, Fernando machado de. A disponibilidade do interesse público no novo código de processo civil e o princípio da eficiência na administração. **Revista da Ajuris,** Porto Alegre, v.44, n.142, p. 129-154, jan./jun. 2017. ISSN 1679-1363.

CAMBI, Eduardo; VASCONCELOS, João Paulo A.. Desjudicialização de políticas públicas e o novo Código de Processo Civil - contributo do Ministério Público e da advocacia pública à solução extrajudicial de conflitos. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.64, p. 225-251, abr./jun. 2016. ISSN 1516-3210.

CAPUCELLI, Rodrigo Crepaldi Perez; BEÇAK, Rubens. A (in)disponibilidade do interesse público na utilização da arbitragem. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 28-48, jul./dez. 2018.

CARDOSO, Ana Carla Pires Meira. Do embate à cooperação: uma guinada necessária à busca de melhores soluções nos conflitos que envolvam a administração. Um desafio à advocacia pública. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina,** Florianópolis: Dioesc, n.7, p. 21-31, 2018. ISSN 2319-0671.

CARDOSO, Camila Mendes Vianna et al. Dec. 8.465/2015 : fomento à arbitragem envolvendo a administração pública no setor portuário. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 48, p. 167-183, jan./mar. 2016.

CARDOZO, Raquel Nery; CARDOZO, Jose Carlos. A utilização dos meios alternativos a resolução de conflitos no fornecimento de medicamento pela administração pública brasileira. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 81-99, jan./jun. 2016.

CARLOS BARRA, Rodolfo; AGUIRRE DE CASTRO, Rodrigo Pironti. Administración pública consensual: una análisis entre el modelo burocrático y resposable ("gerencial"). **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte: UFMG, v.114, p. 473-496, jan./jun. 2017. ISSN 0034-7191.

CARVALHO, Silzia Alves; LIMA, Rafael Carvalho da Rocha. A atuação da advocacia pública na solução consensual dos conflitos envolvendo a administração pública no Brasil. Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 21-42, jan./jun. 2019.

CARVALHO, Silzia Alves; FARIA, Carolina Lemos de. Confidencialidade na mediação de conflitos envolvendo a administração pública: algumas reflexões sobre a (in)compatibilidade de aplicação considerando a realidade normativa brasileira. **Interesse Público,** Belo Horizonte, v.21, n.116, p. 69-85, jul./ago. 2019. ISSN 1676-8701.

CAVALCANTE, Denise Lucena; VIANA, Juvêncio Vasconcelos; FROTA, Rommel Barroso da. O negócio jurídico processual como instrumento efetivo na solução de conflitos no âmbito da administração pública. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.24, n.136, p. 59-80, nov./dez. 2022. ISSN 1676-8701.]

CAVALHEIRO, Carmela Marcuzzo do Canto ; MOREIRA, Rafael Martins Costa. A mediação na administração pública: implementação nos Países Baixos e aplicabilidade no Brasil. **Direito Público**, São Paulo, v.18, n.98, p. 888-908, mar./abr. 2021. ISSN 2236-1766.

CIBILS, Patrícia Maldaner. A excessiva judicialização dos temas relacionados às políticas públicas estatais à luz das balizas interpretativas introduzidas pela Lei n. 13.655/18: a consensualidade como forma de atingir o resultado útil do processo. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, v. 1, n. 87, p. 9-32, jan./jun.2020. Disponível em: https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/184/74. Acesso em: 03 nov. 2020.

CINTRA, Najla Lopes. Mediação privada: aspectos relevantes da Lei 13.140/2015. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil,** Porto Alegre: Magister, v.12, n.72, p. 61-75, mai./jun. 2016. ISSN 1807-0930.

CORRALO, Giovani da Silva; DESORDI, Danúbia. Mediação na administração pública municipal: aplicação da Lei 13.1340/2015 às municipalidades. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública,** Florianópolis: CONPEDI, v.4, n.1, p. 1-17, jan./jun. 2018. ISSN 25260073.

COSTA, Thaise Nara Graziottin; RIBAS, Lídia Maria. A mediação de conflitos o novo ambiente para a jurisdição: a eco-jurisdição compartilhada. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2018.

COUTINHO, Gabriela Camargo. Justiça multiportas e a inconstitucionalidade da CCMA: câmara de conciliação, mediação e arbitragem da administração pública estadual para solução de litígios e controvérsias dos contratos firmados pela GOINFRA. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.22, n.260, p. 35-55, out. 2022. ISSN 1984-4107.

CRISTO, Viviane Duarte Couto de; RAMIDOFF, Luísa Munhoz Bürgel. Consensualidade na administração pública: uma análise do acordo de leniência previsto na lei anticorrupção. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 16-35, jan./jun. 2017.

CRISTÓFARO, Pedro Paulo; BENTO, Daniel. Arbitrabilidade objetiva nos contratos de concessão e o Decreto nº. 10.025/2019. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.74, p. 188-221, 2018. ISSN 0101-2096.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; EIDT, Elisa Berton. A autorização legal para realização de acordos pela Administração Pública e a sua aplicação no âmbito das câmaras administrativas. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.11, n.ed. esp., p. 55-81, 2020.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; EIDT, Elisa Berton. A celebração do compromisso no âmbito das câmaras administrativas de prevenção e de solução de conflitos: Uma análise a partir do art. 26 da LINDB e do art. 10 do Decreto 9.830/2019. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v.27, n.6845, 29 mar. 2022. ISSN 1518-4862.

CUÉLLAR, Leila; MOREIRA, Egon Bockmann Moreira. Administração pública e mediação: notas fundamentais. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE,** Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.61, p. 119-145, jan./mar. 2018. ISSN 1678-7102.

CUÉLLAR, Leila; MOREIRA, Egon Bockmann. Câmaras de autocomposição da administração pública brasileira: reflexões sobre seu âmbito de atuação. **Revista Brasileira de Alternative Dispute Resolution**, Belo Horizonte: Fórum, v.1, n.1, p. 19-39, jan./jun. 2019. ISSN 25963201.

CUNDA, Daniela Zago Gonçalves da; REIS, Fernando Simões dos. Termos de ajustamento de gestão: perspectivas para um controle externo consensual. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU**, Brasília, DF: TCU, v.49, n.140, p. 94-103, set./dez. 2017. ISSN 0103-1090.

CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. A consensualidade administrativa no aplicar a lei de ofício: um ensaio a partir da contribuição de Duguit para a mudança de paradigmas no Direito Administrativo. **Revista de Contratos Públicos – RCP,** Belo Horizonte: Fórum, v. 9, n. 16, p. 9-23, set. 2019/fev. 2020.

CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. Legalidade e consensualidade : a administração precisa de lei para fazer acordos?. **Revista de contratos públicos - RCP,** Belo Horizonte: Fórum, v. 4, n. 7, p. 9-18, mar./ago. 2015.

CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. O caminho do acordo: um ensaio sobre os desafios da procedimentalização adequada do agir consensual da Administração Pública. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, v.22, n.88, p. 159-175, abr./jun. 2022. ISSN 1516-3210.

CURY, Antonio Alberto Rondina. Efeitos da corrupção em arbitragens envolvendo o poder público. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 16, n. 60, p. 185-215, jan./mar. 2019.

DANTAS, Bruno. Consensualismo, eficiência e pluralismo administrativo: um estudo sobre a adoção da mediação pelo TCU. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, DF, v.22, n.127, p. 261-280, jun./set. 2020. ISSN 22363645.

DANTAS, Rafaela Vialle Strobel. Mediação na administração pública: da possibilidade de satisfação do crédito independente da submissão ao regime constitucional dos precatórios. **Revista digital do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, n. 34, p. 55-74, out./dez. 2021.

DECARLI, Gigliola Lilian. Adoção de meios consensuais de solução de conflitos na Administração Pública Tributária. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo: ABDT, v.29, n.151, p. 51-64, jul./set. 2021. ISSN 1518-2711.

DEMO, Roberto Luis Luchi. Arbitragem dos conflitos relacionados a benefícios previdenciários por incapacidade: uma possibilidade de ampliação ao acesso à justiça. **Revista Brasileira de Direito Previdenciário**, Porto Alegre, v.12, n.67, p. 112-133, fev./mar. 2022. ISSN 2179-9148.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. As possibilidades de arbitragem em contratos administrativos.**Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v.25, n.289, p. 239-242, março 2018. ISSN 1980-234X.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; FAKHOURY FILHO, Tamer; VIANA, Priscila Ramos Netto. A arbitragem na administração pública à luz da análise estratégica do direito. **Juris Plenum Direito Administrativo,** Caxias do Sul, RS, v. 4, n. 13, p. 137-154, mar. 2017.

DIAS, Ricardo Gueiros Bernarde; .PEREIRA, Diogo Abineder Ferreira Nolasco. Arbitragem e administração pública : uma necessária identificação dos interesses públicos disponíveis. **Juris Plenum Direito Administrativo,** Caxias do Sul, RS, v. 5, n. 18, p. 175-190, junho 2018.

DINIZ, Cláudio Smirne; CAMBI, Eduardo. Solução extrajudicial de conflitos na proteção do patrimônio público e da probidade administrativa. **Revista dos Tribunais,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.107, n.994, p. 49-69, agosto 2018. ISSN 0034-9275.

EIDT, Elisa Berton. Os institutos da mediação e da conciliação e a possibilidade de sua aplicação no âmbito da administração pública. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado [do Rio Grande do Sul],** Porto Alegre: PGE/RS, v.36, n.75, p. 55-74, jan./jun. 2015. ISSN 0101-1480.

ELIAS, Tânia de Sousa. O acesso à justiça e os métodos adequados de resolução de conflitos pela administração pública. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.75, p. 207-223, 2019. ISSN 0101-2096.

EUGENIO, Aléxia Domene; CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Promoção da autocomposição nos conflitos com a administração pública e a Lei 13.140/2015. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 68-87, jul./dez. 2018.

FACCI, Lucio Picanço. Aspectos processuais da Câmara de Conciliação e Arbitragem da administração federal. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v.18, n.69, p. 79-102, abr./jun. 2021. ISSN 1679-6462.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. O que se entende por interesse público? autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública: desafios e possibilidades. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, n.8, p. 139-152, 2019. ISSN 2319-0671.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila; GOULART, Juliana Ribeiro. O marco legal da mediação no brasil: aplicabilidade na administração pública. R**evista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 148-164, jul./dez. 2016.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. A Administração Pública consensual: novo paradigma de participação dos cidadãos na formação das decisões estatais. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.4, n.2, p. 69-90, maio/ago. 2017. ISSN 231905558.

FARIA, Carolina Lemos de. Câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos da advocacia pública: discussões sobre algumas de suas especificidades. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.226, p. 20-31, dezembro 2019.

FARIA, Luzardo. Acordo de leniência e negociação da sanção administrativa: reflexões a partir da indisponibilidade do interesse público. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.4, n.13, p. 197-219, abr./jun. 2020. ISSN 2526-8120.

FARIA, Luzardo. O cabimento da arbitragem no direito administrativo à luz do princípio da indisponibilidade: o interesse público exige intervenção jurisdicional?. **Revista de Arbitragem e Mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.65, p. 127-152, abr./jun. 2020. ISSN 1679-6462.

FARIA, Luzardo. O fenômeno de consensualização do direito administrativo: fundamentos, repercussões e críticas. **Interesse Público,** Belo Horizonte: Fórum, v.22, n.121, p. 111-143, maio/jun. 2020. ISSN 1676-8701.

FARIA, Luzardo. O papel do princípio da indisponibilidade do interesse público na administração pública consensual. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo, v.281, n.3, p. 273-302, set./dez. 2022. ISSN 0034.8007.

FARIAS, Rodrigo Vieira. Arbitragem de investimentos: um breve panorama. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p. 164-186, maio/ago. 2022. ISSN 1415-4951.

FELIZOLA, Milena Britto; FELIZOLA, Fabio Sales. A utilização da mediação pela administração pública: inovações legislativas e desafios enfrentados. **Revista de Arbitragem e Mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.66, p. 211-232, jul./set. 2020. ISSN 1679-6462.

FERREIRA, Kaline. A autocomposição e as pessoas jurídicas de direito público: o que mudou depois da lei da mediação?. **Revista dos Tribunais,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.106, n.982, p. 323-333, agosto 2017. ISSN 0034-9275.

FERREIRA, Kaline. Arbitragem e os litígios envolvendo entes públicos no Brasil e na França. **Interesse Público,** Porto Alegre: Fórum, v.20, n.108, p. 93-113, mar./abr. 2018. ISSN 1676-8701.

FERREIRA, Kaline. A confidencialidade prevista na Lei de Mediação e os processos de autocomposição envolvendo entes públicos. **Revista de Processo,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.45, n.305, p. 451-460, julho 2020. ISSN 0100-1981.

FERREIRA, Lucas César Costa; TAVARES NETO, José Querino. Espaços de ampliação da justiça restaurativa brasileira: o Ministério Público e o princípio da obrigatoriedade. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 22-37, jan./jun. 2018.

FERREIRA, Marcelo Benetele. Consensualidade e a administração pública brasileira. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 41-58, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Arranjos institucionais de redução de litigiosidade e instrumentos de gestão interorganizacional direcionados a resultados. **Interesse Público,** Porto Alegre: Fórum, v.21, n.115, p. 103-126, maio/jun. 2019. ISSN 1676-8701.

FLUMIGNAN, Silvano José Gomes. A arbitragem e a administração pública no novo Código de Processo Civil. **Revista da Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo,** São Paulo: CMSP, v.4, n.1, p. 81-102, 2016. ISSN 2316-7998.

FRANCO, Paulo Fernando de Mello. Judicialização desnecessária ou desjudicialização necessária? Revisitando a jurisdição administrativa na perspectiva dos equivalentes jurisdicionais. **Revista da AGU,** Brasília, DF: AGU, v.18, n.1, p. 279-302, jan./mar. 2019. ISSN 2525328X.

FREITAS, Juarez. Direito administrativo não adversarial: a prioritária solução consensual de conflito. **Revista de Direito Administrativo,** São Paulo: FGV/Atlas, v.276, p. 25-46, set./dez. 2017. ISSN 0034.8007.

FREITAS, Rafael Véras de. Novos desafios da arbitrabilidade objetiva nas concessões. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE,** Belo Horizonte: Fórum, v. 14, n. 53, p. 199-227, jan./mar. 2016.

GARCEL, Adriane da Silva; FOGAÇA, Anderson Ricardo; SOUZA NETTO, José Laurindo de. As audiências de conciliação e mediação nos conflitos envolvendo a Fazenda Pública. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v.7, n.2, p. 252-268, jul./dez. 2020. ISSN 231905558.

GARCIA, Emerson. A consensualidade no direito sancionador brasileiro: potencial de incidência no âmbito da lei n°8.429/1992. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB, v.12, n.141, p. 542-595, setembro 2017. ISSN 21791651.

GARCIA, Flavio Amaral. A arbitragem na administração pública e a escolha dos árbitros e das câmaras arbitrais. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v.25, n.292, p. 574-580, junho 2018. ISSN 1980-234X.

GARCIA, Flávio Amaral. A escolha dos árbitros e das câmaras arbitrais. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, v.14, n.159, p. 77-87, março 2019. ISSN 21791651.

GARCIA, Flávio Amaral. Notas sobre medição, conciliação e as funções da advocacia pública: uma perspectiva à luz do direito administrativo contemporâneo. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.11, n.ed. esp., p. 33-54, 2020. ISSN 1981-3465.

GIANNETTI, Leonardo Varella. Arbitragem e Administração Pública no ordenamento jurídico português: uma análise de sua evolução. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.5, n.14, p. 121-139, mai./ago. 2016. ISSN 22382763.

GIUBLIN, Isabella Bittencourt Mäder Gonçalves. A Lei das Estatais e a resolução consensual dos conflitos. **Revista de Contratos Públicos – RCP,** Belo Horizonte: Fórum, v. 7, n. 13, p. 137-157, mar./ago. 2018.

GODOY, Isabela de Assis. A confidencialidade na arbitragem com a administração pública brasileira. **Direito Unifacs**: debate virtual, n. 254, p. 1-17, ago. 2021.

GOIS, Letícia Botelho. Segurança jurídica e eficiência no consenso: mediação e advocacia pública colaborativa. **Publicações da Escola da AGU,** Brasília: AGU, v.10, n.3, p. 149-167, jul./set. 2018. ISSN 2236-4374.

GOMES, Marcelo Kokke; GOMES, Magno Federici. Governança, autocomposição administrativa, decisão coordenada e tutela diferenciada de bens ambientais. **Revista da AGU**, Brasília, DF, v.21, n.4, p. 187-204, out./dez. 2022. ISSN 2525328X.

GOULART, Juliana Ribeiro. Autocomposição na administração pública: entre a eficiência e humanização na relação jurídica estado-cidadão. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, n.12, p. 185-197, 2022. ISSN 2319-0671.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. A arbitragem nos contratos da administração pública. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.7, n.21, p. 51-77, set./dez. 2018. ISSN 22382763.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. A mediação na administração pública: técnicas e princípios. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.22, n.119, p. 27-61, jan./fev. 2020. ISSN 1676-8701.

GUERRA, Luis Roberto Sigaud Cordeiro. As agências reguladoras e a arbitragem: uma alternativa às divergências setoriais. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo, v.6, n.2, p. 71-94, jul./ago. 2019. ISSN 231905558.

GUERRA, Sérgio; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. Resolução eletrônica de conflitos em agências reguladoras. **Revista Direito GV,** São Paulo, v.16, n.1, jan./abr. 2020. ISSN 1808-2432.

GUILHARDI, Pedro; BARTOLOMEO, Christine Pinto Coelho Rattes. Reflexões preliminares a respeito da Lei 13.867/19, que disciplina a opção pela arbitragem ou mediação para definição dos valores indenizatórios em desapropriações por utilidade pública. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 16, n. 63, p. 335-371, out./dez. 2019.

GUIMARÃES, Cristiane S. O conflito na Administração pública pode ser mediado? Uma proposta de giro: da cultura da sentença à cultura da pacificação. **Revista Brasileira de Advocacia Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.2, n.3, p. 105-116, jul./dez. 2016. ISSN 24472492.

HIGA, Alberto Shinji. Notas sobre o uso da arbitragem pela administração pública. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP,** Belo Horizonte: Fórum, v.13, n.50, p. 135-163, jul./set. 2015. ISSN 1678-7072.

JURUBEBA, Diego Franco de Araújo. Direito administrativo e participação democrática: análise dos fundamentos e técnicas da administração pública consensual. **Revista da AGU**, Brasília, DF: AGU, v.15, n.1, p. 171-198, jan./mar. 2016. ISSN 1981-2035.

KHARLAKIAN, Jacqueline. Conciliação e mediação no âmbito da administração pública sob a luz do novo Código de Processo Civil: novel paradigma de resolução consensual de conflitos. **Revista Síntese de Direito Administrativo,** São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.135, p. 202-214, março 2017. ISSN 21791651.

KONESKI, Isabel Kluever. O artigo 334 do CPC/2015 e a audiência de conciliação ou mediação quando em juízo a Fazenda Pública. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.7, p. 215-245, 2016. ISSN 1981-3465.

KROETZ, Maria Candida do Amaral. Preponderância da publicidade em detrimento da confidencialidade na mediação entre particulares e a administração pública. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.11, n.ed. esp., p. 83-109, 2020. ISSN 1981-3465.

LACERDA, Leonardo Paula de; MELLO, Shirlei Silmara de Freitas. Princípio da eficiência no processo administrativo: análise da criação das Câmaras de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos dos entes federativos estaduais e municipais. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, São Paulo, v.5, n.16, p. 87-129, jan./mar. 2021. ISSN 2526-8120.

LAURENTI, Carlos Angelo Cibin; MIRANDA, Verônica Rodrigues de. A autocomposição entre entes públicos na lei de mediação: uma visão sobre a constitucionalidade e seus reflexos sobre a responsabilidade fiscal. **Revista dos Tribunais,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.106, n.979, p. 105-125, maio 2017. ISSN 0034-9275.

LEAL JUNIOR, João Carlos; PENHA, Renata Mayumi Sanomya. Eficiência, consensualismo e os meios autocompositivos de solução de conflitos na administração pública. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.111, n.1038, p. 51-67, abr. 2022. ISSN 0034-9275.

LEITÃO, Cristina Bichels. Tutela antecipada e tutela cautelar na arbitragem. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.11, n.ed. esp., p. 153-176, 2020. ISSN 1981-3465.

LIMA, Rafael Carvalho da Rocha. O uso da transação na solução de conflitos de natureza: perspectivas abertas pela resolução nº 261, 11 de setembro de 2018, do Conselho Nacional de Justiça. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 20-39, jan./jun., 2020.

LIMA, Leandro André Francisco; FERNANDES, Francisco Benedito. Meios alternativos de resolução de controvérsias (adr/odr) e mitigação da litigância na perspectiva no novo código de processo civil: um caminho mais curto rumo à ordem jurídica justa? **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 22-40, jan./jun. 2016.

LÔBO, Edilene; LEMOS, Maria Andreia. Confidencialidade na autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis, v.5, n.2, p. 38-54, jul./dez. 2019. ISSN 25260073.

LOPES, Carina Deolinda da Silva; PAPALIA, Franceli Bianquin Grigoletto. A inserção das formas alternativas de resolução de conflitos no âmbito da nova lei de licitações. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 66-81, jul./dez. 2021.

LOPES, Maria Tereza Soares. Arbitragem e mediação no poder público: breve análise da permissibilidade na seara constitucional tributária. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 88-106, jul./dez. 2018.

LOURENÇO, Haroldo. A arbitrabilidade envolvendo o poder público no Brasil e a ruptura do dogma do interesse público. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p. 230-252, set./dez. 2018. ISSN 1415-4951.

LOURENÇO, Haroldo. Arbitragem envolvendo o Poder Público e o decreto do Estado do Rio de Janeiro: "um museu de grandes novidades". **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.44, n.294, p. 433-449, agosto 2019. ISSN 0100-1981.

LOURENÇO, Haroldo. A onda evolutiva da arbitragem envolvendo o poder público no Brasil. **Revista dos Tribunais,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.107, n.995, p. 27-49, setembro 2018. ISSN 0034-9275.

MACHADO, Carlos Henrique; SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos; CATARINO, João Ricardo. A arbitrabilidade objetiva dos conflitos envolvendo o poder público e as perspectivas da arbitragem tributária no Brasil. **Revista do Direito [da UNISC],** Santa Cruz do Sul, v.1, n.54, p. 59-85, jan./abr. 2018. ISSN 0104-9496.

MAGALHÃES JÚNIOR, Alexandre Alberto de Azevedo. Administração pública na arbitragem e o papel do Ministério Público. **Revista de Processo**, São Paulo, v.44, n.296, p. 379-401, outubro 2019. ISSN 0100-1981.

MARRARA, Thiago. Regulação consensual: o papel dos compromissos de cessação de prática no ajustamento de condutas dos regulados. **Revista Digital de Direito Administrativo**, São Paulo: USP, v.4, n.1, p. 274-293, jan./abr. 2017. ISSN 231905558.

MARQUES, Renata Elaine Silva Ricetti; OLIVEIRA, André. Arbitragem em matéria tributária. **Revista de Direito Tributário Contemporâneo**, São Paulo, v.7, n.32, p. 293-308, jan./mar. 2022. ISSN 25254626.

MARTES, Marina Martins. Arbitragem e Administração Pública: a compatibilidade, os limites e o procedimento arbitral envolvendo o Poder Público. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública,** Belo Horizonte: Fórum, v.5, n.15, p. 213-245, set./dez. 2016. ISSN 22382763.

MARTINS, Julia Girão Baptista. Administração pública : arbitragem e confidencialidade. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 14, n. 53, p. 263-282, abr./jun. 2017.

MARTINS, Pedro A. Batista. Arbitragem : prescrição e participação da administração pública. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 50, p. 337-349, jul./set. 2016.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. Administração Pública, resolução extrajudicial de conflitos e compromisso de ajustamento de conduta. **Revista de direito administrativo e infraestrutura,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 3, n. 8, p. 87-126, jan./mar. 2019.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva; RUFINO, Fernando Bianchi. A mediação como um instrumento para a solução dialogada dos conflitos ambientais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.110, n.1030, p. 39-53, ago. 2021. ISSN 0034-9275.

MENEZES, Rafael; ROMANO JÚNIOR, José. Câmaras administrativas para a solução de conflitos no âmbito da administração pública. **Revista Síntese de Direito Administrativo,** São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.135, p. 305-306, março 2017. ISSN 21791651.

MASTROBUONO, Cristina Margarete Wagner; JUNQUEIRA, André Rodrigues. A escolha da câmara de arbitragem pela administração pública. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 48, p. 115-130, jan./mar. 2016.

MEGNA, Bruno Lopes. A Administração Pública e os meios consensuais de solução de conflitos ou "enfrentando o Leviatã nos novos mares da consensualidade". **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo,** São Paulo: PGE/SP, n.82, p. 1-29, jul./dez. 2015. ISSN 0102-8065.

MEINERO, Fernanda Sartor. A mediação no judiciário: placebo ou cura para os males do aumento da judicialidade? **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 61-80, jul./dez. 2015.

MELO-SILVA, Gustavo; LOURENÇO, Rosenery Loureiro; ANGOTTI, Marcello. Parcerias Público-Privadas: modernização administrativa e relacionamentos econômicos imersos em conflitos de interesse e corrupção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.55, n.3, p. 538-558, maio/jun. 2021. ISSN 19823134.

MELLO, Glaucia Rodrigues Torres de Oliveira. Consensualidade na improbidade administrativa: por que não?. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB, v.14, n.163, p. 51-72, jul. 2019. ISSN 21791651.

MELLO, João Augusto dos Anjos Bandeira de; FONSÊCA, Rafael Sousa. O mecanismo da autocomposição como alternativa para solução de controvérsias na seara administrativa. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 136-151, jan./jun. 2016.

MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e administração pública. **Direito do Estado em Debate,** Curitiba: PGE-PR, v.6, p. 47-81, 2015. ISSN 1981-3465.

MENDONÇA, Grace Maria Fernandes. Controle de legalidade: qual o espaço para soluções consensuais. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: PGE, v.71, p. 545-579, 2017. ISSN 0101-2096.

MIRANDA, Lara Caxico Martins; KEMPFER, Marlene. Administração pública gerencial e as possibilidades para a solução extrajudicial de conflitos em agências reguladoras no Brasil. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 37-55, jul./dez. 2017.

MIRANDA, Lara Caxico Martins; KEMPFER, Marlene. Arbitragem e a atuação das autarquias especiais em contratos administrativos. **Revista da AGU**, Brasília, DF, v.19, n.2, p. 147-166, abr./jun. 2020. ISSN 2525328X.

MIRANDA, Lara Caxico Martins; KEMPFER, Marlene. Gestão dos negócios públicos e a resolução extrajudicial dos conflitos em face da administração pública gerencial. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública,** Florianópolis: CONPEDI, v.2, n.2, p. 103-123, jul./dez. 2016. ISSN 25260073.

MONTEIRO, Fagner César Lobo. Arbitragem na administração pública: uma realidade possível. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, n.7, p. 77-90, 2018. ISSN 2319-0671.

MONTEIRO, Gustavo Tavares; OLIVEIRA, Assis da Costa. Perspectiva de uma administração pública consensual a partir da Lei nº 8.972/2020 do Estado do Pará. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 43-58, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

MOREIRA, Egon Bockmann. Contratação de árbitros e mediadores : inexigibilidade. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v. 26, n. 301, p. 235-241, março 2019.

MOREIRA, Egon Bockmann. Editais de licitação e definição de câmaras arbitrais : como transpor os desafios. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v. 26, n. 306, p. 769-774, agosto 2019.

MOREIRA, Egon Bockmann. A negociação processual e sua incidência nos processos administrativos. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v.23, n.272, p. 981-982, outubro 2016. ISSN 1980-234X.

MOREIRA, Egon Bockmann; CRUZ, Elisa Schmidlin. O credenciamento de câmeras arbitrais pela administração pública. **Direito do Estado em Debate**, Curitiba: PGE-PR, v.11, n.ed. esp., p. 111-132, 2020. ISSN 1981-3465.

MOURA, Gisele Luiza Soares; DUFLOTH, Simone. Acesso à justiça: atuação cooperativa em um cenário de múltiplas portas. **Revista da AGU**, Brasília, DF, v.21, n.3, p. 125-154, jul./set. 2022. ISSN 2525328X.

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso; TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha; NELSON, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso. Da mediação como forma de solucionar conflitos no âmbito da administração pública federal. **Revista dos Tribunais,** São Paulo, v.110, n.1025, p. 45-68, março 2021. ISSN 0034-9275.

NEVES, Cleuler Barbosa das; FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Contrapesos de uma administração pública consensual: legalidade versus eficiência. **Interesse Público**, Porto Alegre: Fórum, v.19, n.103, p. 49-77, maio/jun. 2017. ISSN 1676-8701.

NEVES, Cleuler Barbosa das; FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Dever de consensualidade na atuação administrativa. **Revista de Informação Legislativa,** Brasília, v.55, n.218, p. 63-84, abr./jun. 2018. ISSN 0034-835X.

NEVES, Cleuler Barbosa das; FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Escolha do árbitro na terminação de conflitos administrativos: limites e possibilidades da atuação de um advogado público. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.71, p. 167-195, jan./mar. 2018. ISSN 1516-3210.

NIEBUHR, Pedro de Menezes; OLIVEIRA, Cláudio Ladeira de; QUINT, Gustavo Ramos da Silva. Relação entre a consensualidade administrativa e o modelo cooperativo do processo civil brasileiro: o contexto de criação das câmaras de mediação e conciliação na administração pública. **Revista Eletrônica Direito e Política,** Itajaí, SC: UNIVALI, v.13, n.3, p. 1541-1563, set./dez. 2018. ISSN 1980-7791.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira; ALBUQUERQUE, Romero Paes Barreto de. A derrotabilidade das regras de arbitragem na concessão do Aeroporto de Viracopos. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, v.19, n.72, p. 81-95, jan./mar. 2021. ISSN 1678-7072.

NOHARA, Irene Patrícia. Arbitragem em contratos de infraestrutura celebrados com a administração pública : desenvolvimento e energia. **Revista de direito administrativo e infraestrutura,** São Paulo, v. 3, n. 9, p. 23-44, abr./jun. 2019.

NUNES, Thais Borzino Cordeiro. A aplicação dos meios consensuais de solução de conflito em ações envolvendo a fazenda pública no âmbito da justiça administrativa. **Revista CEJ,** Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.22, n.74, p. 46-55, jan./abr. 2018. ISSN 1414-008X.

OHLWEILER, Leonel Pires; SOUZA, Ana Beatriz Getelina. A consensualidade na administração pública a partir da sociologia reflexiva de pierre bourdieu: perspectivas e desafios. Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 1-20, jul.-dez. 2022.

OLIVEIRA, Alexandre da Silva de; GUERRA, Liciane Barroso. Arbitragem e a justiça em conflitos de ordem tributária. **Revista Tributária e de Finanças Públicas,** São Paulo: ABDT, v.27, n.143, p. 47-78, out./dez. 2019. ISSN 1518-2711.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Arbitragem e contratos públicos: tendências e perspectivas.**Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v.26, n.302, p. 348-355, abril 2019. ISSN 1980-234X.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de; MOREIRA, Matheus Teixeira. Solução negociada de conflitos na nova Lei de Licitações: consagração de uma tendência. **Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 1-13, jan./abr. 2022. ISSN 25950630.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de; DOMINGUES, Rafael Augusto Silva. Os critérios de direito e por equidade no julgamento das arbitragens envolvendo a administração pública no Brasil. Direito do Estado em Debate, Curitiba: PGE-PR, v.11, n.ed. esp., p. 133-151, 2020. ISSN 1981-3465.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A consensualidade no direito público sancionador e os acordos nas ações de improbidade administrativa. **Revista Forense,** Rio de Janeiro: Forense, v.114, n.427, p. 197-218, jan./jun. 2018. ISSN 0102-8413.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A arbitragem nos contratos da administração pública e a Lei nº 13.129/2015: novos desafios. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte: Fórum, v.13, n.51, p. 59-79, out./dez. 2015. ISSN 1678-7072.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A arbitragem nos contratos da Administração Pública e a Lei nº 13.129/2015: novos desafios. **Boletim de Direito Administrativo**, São Paulo: NDJ, v.33, n.1, p. 25-38, janeiro 2017. ISSN 1981-5522.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Arbitragem nos contratos da administração pública. **Revista Brasileira de Alternative Dispute Resolution**, Belo Horizonte: Fórum, v.1, n.1, p. 101-123, jan./jun. 2019. ISSN 25963201.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; CARMO, Thiago Gomes do. Acordo de não persecução cível: reflexões sobre os efeitos na esfera administrativa disciplinar. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, v.19, n.74, p. 167-192, jul./set. 2021. ISSN 1678-7072.

PARADA, André Luis Nascimento. Análise crítica das decisões do Tribunal de Contas da União acerca da utilização da arbitragem em contratos administrativos: evolução interpretativa. **Boletim de Licitações e Contratos - BLC**, São Paulo: NDJ, v.30, n.8, p. 701-717, agosto 2017. ISSN 1981-5506.

PARO, Giácomo; BANFEILD, Jessica Scott. Arbitragem tributária no Brasil: considerações sobre os Projetos de Lei 4.257/2019 e 4.468/2020. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v.18, n.68, p. 115-136, jan./mar. 2021. ISSN 1679-6462.

PEIXOTO, José Roberto da Cunha; FERREIRA, Kaline. A autocomposição e sua identidade consensual: ensaio sobre conceitos. **Direito do Estado em Debate,** Curitiba: PGE-PR, v.11, n.ed. esp., p. 11-32, 2020. ISSN 1981-3465.

PEREIRA, Anna Carolina Migueis. Dispute boards e administração pública: a utilização dos dispute boards como alternativa extrajudicial de solução de conflitos nos contratos administrativos. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 9-28, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

PEREIRA, Cesar A. Guimarães Arbitragem na Lei 13.448 e os contratos com a Administração Pública nos setores de rodovias, ferrovias e aeroportos. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo:, Revista dos Tribunais, v. 14, n. 55, p. 111-133, out./dez. 2017.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thaís. A convergência entre cooperação processual e consensualidade administrativa na gestão do Estado Democrático de Direito. **Revista Síntese de Direito Administrativo,** São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.135, p. 239-247, março 2017. ISSN 21791651.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thais Boia. A nova ordem jurídica processual: regras que alcançam a advocacia pública e pontos de interação com o regime jurídico administrativo. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB, v.13, n.147, p. 70-97, março 2018. ISSN 21791651.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thaís Boia. Orçamentos público, ajuste fiscal e administração consensual. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte: Fórum, v.14, n.163, p. 41-52, julho 2015. ISSN 1676-5826.

PERLINGEIRO, Gabriel. The possibilities of consensual resolution of judicial conflicts with the public administration. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional,** Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.72, p. 31-50, abr./jun. 2018. ISSN 1516-3210.

PESSOA, Thiago Simões. Os novos conflitos coletivos e a readequação da atuação da Fazenda Pública. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v.16, n.95, p. 101-118, mar./abr. 2020. ISSN 1807-0930.

PICANÇO, Filipe Bezerra de Menezes. Novos paradigmas para a advocacia de Estado: da necessidade de observância da consensualidade e de respeito aos precedentes na advocacia contenciosa. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: PGE, v.70, p. 121-133, 2016. ISSN 0101-2096.

PIRONTI, Rodrigo; ZILIOTTO, Mirela Miró. O controle de qualidade nas contratações públicas: uma análise do Instrumento de Mediação de Resultado. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP,** Belo Horizonte: Fórum, v.16, n.60, p. 199-211, jan./abr. 2018. ISSN 1678-7072.

POLLI, Rodrigo Carvalho; REIS, Luciano Elias. A relevância do dispute board como ferramenta de consensualidade para a legitimidade e eficiência da administração pública na nova Lei de Licitações. **Revista de Contratos Públicos - RCP**, Belo Horizonte: Fórum, v.11, n.20, p. 167-186, set./fev. 2022. ISSN 2316-5499.

POMINI, Anderson. Arbitragem na administração pública como método de eficiência. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paul: Revista dos Tribunais, v. 15, n. 56, p. 111-113, jan./mar. 2018.

QUINTÃO, Luísa. Breves notas sobre arbitragem e administração pública no Brasil. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 15, n. 59, p. 121-146, out./nov. 2018.

RAMOS, Manoel Ferreira; CHAI, Cássius Guimarães; MORAES, Vitor Hugo Souza. A mediação na resolução de controvérsias: os princípios inerentes à mediação previstos na lei n. 13.140/2015 como meio de acesso à justiça. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 97-115, jul./dez. 2021.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Cultura do diálogo e mediação na Administração Pública: a consensualidade e o empoderamento na condução do processo administrativo e disciplinar (PAD). **Revista Síntese de Direito Administrativo,** São Paulo: IOB/Síntese, v.12, n.135, p. 352-381, março 2017. ISSN 21791651.

RAVAGNANI, Giovani dos Santos. A lei mineira de arbitragem como declaração de vontade do poder público em indicar o método de resolução de conflitos em um contrato. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.108, n.1001, p. 23-50, março 2019. ISSN 0034-9275.

RÊGO, Mariana Carolina Barbosa; TEIXEIRA, Janaina Angelina; SILVA FILHO, Antonio Isidro da. Os efeitos da coprodução nos resultados da conciliação judicial: a percepção da sociedade sobre um serviço inovador. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, v.53, n.1, p. 124-149, jan./fev. 2019. ISSN 19823134.

REIS, Maria José Andrade; SANTOS, Lílian de Brito. A composição de conflitos na administração pública: um cotejo aos princípios da juridicidade e da supremacia do interesse público. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.64, p. 69-98, abr./jun. 2017. ISSN 1808-5628.

RICCIARELLI, Fernanda dos Santos. A mediação pela Advocacia-Geral da União. **Publicações da Escola da AGU,** Brasília: AGU, v.10, n.2, p. p. 97-108, abr./jun. 2018. ISSN 2236-4374.

ROCHA, Caio Cesar. Arbitragem e administração pública : disciplina normativa após a lei 13.129-2015. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo, v. 13, n. 49, p. 103-126, abr./jun. 2016.97-108, abr./jun. 2018. ISSN 2236-4374.

ROSA, Conrado Paulino da. A mediação como proposta de política pública no tratamento dos conflitos familiares. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões,** Porto Alegre: Magister, v.12, n.15, p. 86-93, abr./mai. 2010. ISSN 1982-2219.

ROXO, Tatiana Bhering Serradas Bon de Sousa; BONACCORSI, Amanda Helena Azeredo. Mediação no direito do trabalho : a necessidade de adequação à luz dos princípios juslaborais. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 1, n. 2 . p. 220-239, jul./dez. 2015.

RUBIANO, Keila Andrade Alves; FREITAS, Sérgio Henriques Zandona. Meios alternativos para a solução de conflitos individuais trabalhistas: requisitos e limitações. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 43-63, jul./dez. 2020.

SAMPAIO, Amanda Inês Morais; ALVES, Rebecca Falcão Viana. A mediação sanitária como alternativa à judicialização do direito à saúde. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 01-20, jan./jun. 2019.

SANTOS, Alberto Vinícius de Melo. Solução de conflitos ambientais por câmaras privadas de mediação: um enfoque constitucional. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental,** Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.112, p. 9-25, jul./ago. 2020. ISSN 1676-6962.

SANTOS, Aline Sueli de Salles; CENTENO, Murilo Francisco. O novo Código de Processo Civil e a lei de mediação: o incentivo à consensualidade na resolução de conflitos envolvendo a administração pública. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública,** Florianópolis: CONPEDI, v.2, n.1, p. 246-261, jan./jun. 2016. ISSN 25260073.

SANTOS, Bruno Rabelo dos. Dispute board: percursos e usos no direito brasileiro. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, Belo Horizonte, v.19, n.75, p. 37-54, jul./set. 2021. ISSN 1678-7102.

SANTOS, Christiano Jorge; MARQUES, Silvio Antonio. “Pacote anticrime” (Lei 13.964/2019) e acordo de não persecução cível na fase pré-processual: entre o dogmatismo e o pragmatismo. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.45, n.303, p. 291-314, maio 2020. ISSN 0100-1981.

SANTOS, Júlio César Torquato dos. A solução extrajudicial de conflitos nas PPP. **Fórum de Contratação e Gestão Pública**, Belo Horizonte, v.21, n.248, p. 37-52, ago. 2022. ISSN 1676-5826.

SARAIVA, Mariana de Souza; SILVA, Danielle Caroline. A pertinência da utilização da arbitragem pela administração pública: uma análise dos princípios da administração e dos impactos econômicos financeiros. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública,** Florianópolis, v.2, n.1, p. 18-36, jan./jun. 2016. ISSN 25260073.

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; SARAIVA NETO, Oswaldo Othon de Pontes. Pontos nodais da arbitragem na Administração Pública. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.23, n.128, p. 143-174, jul./ago. 2021. ISSN 1676-8701.

SAUAIA, Artenira da Silva e Silva; DAMASCENO, Gioliano Antunes. Um novo olhar acerca do instituto de mediação em processos previdenciários de natureza coletiva. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 19-35, jul./dez. 2015.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Arbitragem nos contratos administrativos e o critério para identificação dos litígios que envolvem direitos patrimoniais disponíveis. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v.23, n.272, p. 989-995, outubro 2016. ISSN 1980-234X.

SCHMIDT, Gustavo da Rocha. Reflexões sobre a arbitragem nos conflitos envolvendo a Administração Pública (arbitrabilidade, legalidade, publicidade e a necessária regulamentação). **Boletim de Direito Administrativo,** São Paulo: NDJ, v.32, n.11, p. 1041-1059, novembro 2016. ISSN 1981-5522.

SCHOLZE, Victor. A realização de TAC como solução de conflitos no âmbito da administração pública. **Revista Síntese de direito administrativo,** São Paulo: IOB, v. 11, n. 127, p. 84-96, julho 2016. ISSN 21791651.

SCHOLZE, Victor; FERNANDES, J. U. Jacoby. A solução consensual de conflitos na administração pública promovida pelo novo Código de Processo Civil. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 75-79, out. 2015. ISSN 1984-4107.

SCHNEIDER, Patricia Dornelles. Meios alternativos de resolução de conflitos: a conciliação dos processos judiciais pelo Poder Público. A experiência de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Direito Municipal,** Belo Horizonte: Fórum, v.19, n.70, p. 161-165, out./dez. 2018. ISSN 1808-5628.

SENHORAS, Elói Martins; SENHORAS, Cândida Alzira Bentes de Magalhães. Consensualidade no direito administrativo brasileiro. **Revista Síntese Direito Administrativo,** São Paulo: IOB, v.14, n.163, p. 24-32, julho 2019. ISSN 21791651.

SERRA, Ana Paula Ferreira. Novas possibilidades de conciliação na administração pública: lei da arbitragem, lei da mediação e CPC/2015. **Publicações da Escola da AGU,** Brasília: AGU, v.10, n.2, p. 19-32, abr./jun. 2018. ISSN 2236-4374.

SERRA, Ana Paula Ferreira. Possibilidades de conciliação no âmbito previdenciário. A economia aos cofres públicos. **Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária**, Porto Alegre: Síntese, v.29, n.353, p. 225-235, novembro 2018. ISSN 1519-1834.

SILVA, Carlos Sérgio Gurgel da; BEZERRA JÚNIOR, José Albenes. A conciliação aplicada pela administração pública federal: uma análise do Decreto 9.760/2019. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**, São Paulo, v.5, n.19, p. 133-156, out./dez. 2021. ISSN 2526-8120.

SILVA, Clarissa Sampaio. Resolução de conflitos com a administração pública no contexto da nova lei de licitações e contratos: reforço dos meios alternativos. **Revista brasileira de políticas públicas**, v. 11, n. 3, p. 117-135 2021.

SILVA, Domingos Savio Evandro da; CARDOSO, Gerusa Vieira Barata Silva. Ciência da informação e administração pública uma abordagem da governança utilizando a Lei da Mediação como meio facilitador no aprimoramento da eficiência da gestão da informação. **Revista do Tribunal de Contas da União - TCU,** Brasília, DF: TCU, v.48, n.135, p. 42-53, jan./abr. 2016. ISSN 0103-1090.

SILVA, Paula Paraguassu da. O inevitável dueto tratamento adequado dos conflitos e segurança pública. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v.71, n.522, p. 25-34, abr. 2021. ISSN 0103-3379.

SILVA, Sandoval Alves da; VELOSO, Marcelene Dias da Paz. Os conflitos e a saúde: o desafio das negociações em tempos de Covid-19. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, DF, v.24, n.132, p. 198-221, fev./abr. 2022. ISSN 22363645.

SILVA, Sandoval Alves da; JESUS, Thiago Vasconcellos; PINHEIRO, Victor Sales. Solução consensual dos conflitos: a Fazenda Pública e a concretização dos direitos fundamentais. **Revista de Processo**, São Paulo, v.46, n.312, p. 411-445, fev. 2021. ISSN 0100-1981.

SOARES, Tamírames de Almeida Damásio. As vantagens e desvantagens do procedimento arbitral e limite mínimo da publicidade nas controvérsias que envolvem a administração pública. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Florianópolis: CONPEDI, v.2, n.1, p. 37-55, jan./jun. 2016. ISSN 25260073.

SOUSA, Ana Beatriz Getelina; ALMEIDA, Débora de Cássia Baptista. As perspectivas para a aplicação da arbitragem em conflitos envolvendo a administração pública no contexto pós-pandêmico. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 65-84, jan./jun. 2022.

SOUZA, Aline Darcy Flôr de; SILVA, Marcella Pâmela da Costa. Entrevista com Arnoldo Wald. **Revista dos Tribunais,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.105, n.971, p. 363-371, setembro 2016. ISSN 0034-9275.

SOUZA, Flávia Baracho Lotti Campos de; FREITAS, Sérgio Henriques Zandona. Os acordos nas ações de improbidade administrativa. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 55-76, jan./jun., 2020.

SPENGLER, Fabiano Marion; EIDT, Elisa Berton. Em busca de uma regra geral geral para a realização de autocomposição na administração pública: a insuficiência da Lei nº 13.140/2015. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo, v.281, n.2, p. 265-289, maio/ago. 2022. ISSN 0034.8007.

SPENGLER, Fabiana Marion. Da resolução alternativa de conflitos à solução de disputas online: caminhos para o futuro da administração pública. **Revista eletrônica de direito processual** : REDP, v. 22, n. 2, p. 216-238, maio/ago. 2021.

SUASSUNA, Marcela Melichar. Anotações sobre o Decreto 10.025, de 20 de setembro de 2019: regulamentação do uso da arbitragem em setores de infraestrutura. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17, n.65, p. 367-370, abr./jun. 2020. ISSN 1679-6462.

SUASSUNA, Marcela Melichar. Notas sobre o Decreto 64.356, de 31 de julho de 2019 : regulamentação do uso da arbitragem no âmbito do Estado de São Paulo.**Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 16, n. 63, p. 477-481, out./dez. 2019.

SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André. Arbitragem na administração pública: é hora de parar de resistir. **Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC,** Curitiba: Zênite, v.24, n.285, p. 1074-1078, novembro 2017. ISSN 1980-234X.

TALAMINI, Eduardo. Arbitragem e administração pública no direito brasileiro. **Revista Brasileira da Advocacia,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 9, p. 19 - 41, abr./jun. 2018.

TALAMINI, Eduardo. Competência-competência e as medidas anti arbitrais pretendidas pela administração pública. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 50, p. 127-153, jul./set. 2016.

TEIXEIRA, Janaina Angelina; RÊGO, Mariana Carolina Barbosa; SILVA FILHO, Antonio Isidro da. Inovação no judiciário: coprodução, competências e satisfação do usuário na mediação judicial. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v.54, n.3, p. 381-399, maio/jun. 2020. ISSN 19823134.

THISEN, Graciela Fernandes; SPENGLER, Fabiana Marion. O Poder Judiciário na administração de conflitos familiares: imposição ou composição? **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 1-17, jan./jun., 2021.

TIBURCIO, Carmen; PIRES, Thiago Magalhães. Arbitragem envolvendo a administração pública: notas sobre as alterações introduzidas pela Lei 13.129/2005. **Revista de Processo,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v.41, n.254, p. 431-462, abril 2016. ISSN 0100-1981.

TIMM, Luciano Benetti; RICHTER, Marcelo de Souza; SILVA,Thiago Tavares da. Os contratos administrativos e a arbitragem : aspectos jurídicos e econômicos. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 50, p. 255-276, jul./set. 2016.

TIMMERS, Luciane Favaretto. A atuação da central de conciliação do município de Porto Alegre. **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre,** Porto Alegre: [s.n.], v.31, p. 147-168, 2017. ISSN 1415-3491.

TITÃO, Marcos Alberto. Contratos administrativos e os meios alternativos de heterocomposição: uma nova visão na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, n.11, p. 229-244, 2021. ISSN 2319-0671.

TOFFOLI, José Antonio Dias, Movimento conciliatório e a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) : breves considerações. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 13, n. 50, p. 229-240, jul./set. 2016.

TONIN, Mauricio M. **Arbitragem, mediação e outros métodos de solução de conflitos envolvendo o Poder Público.** São Paulo: Almedina, 2019. E-book. ISBN 9788584934720. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584934720/ Acesso em: 13 abr. 2023.

VALLE, Vivian Lima López. Arbitragem administrativa e consensualidade: análise pontual do novo paradigma da ação administrativa. **Revista de Direito Administrativo,** São Paulo: FGV/Atlas, v.277, n.3, p. 209-245, set./dez. 2018. ISSN 0034.8007.

VARELLA, Marcelo; FERREIRA FILHO, Marcilio. Políticas públicas consensuais e o estímulo à negociação pelo agente público. **A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte: Fórum, v.18, n.74, p. 147-173, out./dez. 2018. ISSN 1516-3210.

VASCONCELOS, Rita; SILVA, Suelen Isabel da. Eficiência e consequencialismo: o caminho de desenvolvimento da solução pacífica de conflitos no âmbito da Administração Pública. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.45, n.309, p. 387-404, novembro 2020.

VAZ, Paulo Afonso Brum. Resolução alternativa de conflitos com entes públicos na Justiça Federal. **Revista CEJ,** Brasília: Centro de Estudos Judiciários, v.20, n.70, p. 30-50, set./dez. 2016. ISSN 1414-008X.

VESTRI, Gabriele. Uso de la inteligencia artificial en la resolución alternativa de conflictos en materia de responsabilidad patrimonial de la administración pública. **Interesse Público**, Belo Horizonte: Fórum, v.22, n.122, p. 157-170, jul./ago. 2020. ISSN 1676-8701.

VIANA, Ana Cristina Aguilar. Contrato administrativo no Brasil : do autoritarismo à consensualidade. **Juris Plenum :** direito administrativo, Caxias do Sul, v. 4, n. 13, p. 61-74, mar. 2017.

VIANA, Emilio de Medeiros; VIANA, Iasna Chaves. Conciliação, mediação e a fazenda pública: mudanças de paradigma e entraves por superar. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 21-40, jul./dez. 2016.

WALD, Arnoldo; FONSECA, Roberto Giannetti da. Novos horizontes para a mediação. **Revista de arbitragem e mediação,** São Paulo, v. 15, n. 57, p. 345-353, abr./jun. 2018.

DISSERTAÇÕES/TESES

BERGAMASCHI, André Luis. **Resolução de conflitos envolvendo a administração pública por mecanismos consensuais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Acesso em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-21032016-140915/publico/AndreLuisBergamaschi_A_Resolucao_dos_conflitos.pdf . Acesso em: 19 abr. 2023.

BESSA, Jammes Miller. **A resolução alternativa de conflitos verticais**: a mediação na administração pública. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Direito. São Leopoldo, RS, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/10904/Jammes%20Miller%20Bessa_.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 19 abr. 2023.

CALDAS, Evandro Pereira. **Controle da administração pública pela via arbitral.** Dissertação (Mestrado em Direito da Regulação) - Escola de Direito do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29551/Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20Evandro%20Controle%20da%20Administrac%cc%a7a%cc%83o%20pela%20via%20Arbitral%20Final%20com%20ficha%20catalografica%20e%20aprovac%cc%a7a%cc%83o%20correta.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 19 abr. 2023.

CORREA, Sergionei. **A (re)organização operacional da administração pública proposta pela consensualidade.** Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Direito. São Leopoldo, RS, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6868/Sergionei%20Corr%c3%aa_.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 19 abr. 2023.

EIDT, Elisa Berton. **Solução de conflitos no âmbito da administração pública e omarco regulatório da mediação**: da jurisdição a novas formas de composição. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio

Grande do Sul (Campus Ijuí). Ijuí, RS, 2016. Disponível em:https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/4211/Elisa%20Berton%20Eidt.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 19 abr. 2023.

IWAKURA, Cristiane Rodrigues. **Conciliação na Administração Pública**. Dissertação (Mestrado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica; Direi) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/9391/1/Cristiane%20Rodrigues%20Iwakura%20-%20versao%20final.pdf . Acesso em: 19 abr. 2023.

LOBO, Luciana Mendes. **Governança digital como ferramenta mitigadora de conflitos**: proposta de um novo paradigma para o setor público. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Fortaleza, Programa de Mestrado Profissional em Direito e Gestão de Conflitos, Fortaleza, 2019. Acesso em: https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=114219# . Acesso em: 19 abr. 2023.

MASCARENHAS, Letícia Martins de Araújo. **Métodos de solução consensual dos conflitos na administração pública ambiental**: uma via à efetividade. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas, Goiânia, 2020. Acesso em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11305 . Acesso em: 19 abr. 2023.

NATAL, Miccael Pardinho. **Administração pública, conflito e arbitragem**: política pública de acesso extrajudicial à justiça. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas, Goiânia, 2019. Acesso em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9960/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Miccael%20Pardinho%20Natal%20%20-%202019.pdf . Acesso em: 19 abr. 2023.

PIERONI, Fabrizio de Lima. **A consensualidade e a administração pública**: a autocomposição como método adequado para a solução dos conflitos concernentes aos entes públicos. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22206/2/Fabrizio%20de%20Lima%20Pieroni.pdf . Acesso em: 19 abr. 2023.

SCHMIDT, Gustavo da Rocha. **A arbitragem nos conflitos envolvendo a administração pública** : uma proposta de regulamentação. Dissertação (Mestrado em Direito da Regulação) - Escola de Direito do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16218/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Gustavo%20da%20Rocha%20Schmidt%20-%20Aprovado.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 19 abr. 2023.

SOUZA, Luciane Moessa de. **Meios consensuais de solução de conflitos envolvendo entes públicos e a mediação de conflitos coletivos**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2010. Disponível em:https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94327/292011.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 19 abr. 2023.